

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 08/2015

Da reunião ordinária pública realizada no dia 17 de abril de 2015, iniciada às 09:10 horas e concluída às 12:30 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	17
Agenda	17
Aprovação de Atas	17
Balancete	17
Despacho	17
DAG	18
DOP	23
DL	25
DGU	26
DEASS	27
DCJD	28
Intervenção do Público	29
Aprovação em minuta	32
Votação das deliberações	32
Encerramento	32
Montante Global dos Encargos	32

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

ABERTURA

ATA Nº 08/2015

Aos dezassete dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, no Auditório Municipal, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente em Exercício Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes, Mónica Cristina Cerqueira Ramôa em substituição do Senhor Vereador José Joaquim Pinto de Almeida e Jerónimo Cunha Leitão, pelo preenchimento da vaga ocorrida, em substituição do eleito Vítor Manuel Pinheiro Pereira.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente em Exercício saudou e cumprimentou os presentes, declarando aberto o Período de Antes da Ordem do Dia e justificou a ausência do Senhor Presidente.

Começou por referir que “reitero toda a confiança no Senhor Vereador Joaquim Matias e nos técnicos do Urbanismo, relativamente ao trabalho que estão a fazer”.

Apresentou os seguintes votos de pesar:

- Pelo falecimento do Senhor António Dias da Costa Pardal, homem reconhecido na cidade pelo seu voluntariado nos Bombeiros Voluntários da Covilhã e Sporting Clube da Covilhã, como motorista, a quem prestamos uma última e merecida homenagem;
- Pelo trágico falecimento do Senhor Albino Costa, antigo combatente e dirigente da Delegação da Covilhã da Liga dos Combatentes há mais de 30 anos;
- Pelo falecimento da jovem, Eugénia Maria Ferreira Nave, dirigente e funcionária do GIC – Teatro das Beiras.

Apresentou as seguintes felicitações:

- A organização da III Gala promovida pela Federação Distrital dos Bombeiros Voluntários e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, com o apoio da Câmara Municipal, momento de confraternização, de alegria, de satisfação, de homenagens, mas também de emoções. Destacou a homenagem, pela AHBVC, ao empresário Senhor João Magalhães, proprietário do Intermarché da Covilhã; bem como, a referência na intervenção do Senhor Presidente da Câmara ao Bombeiro Pedro Manuel Rodrigues, falecido nos incêndios de 2013, homenageado nas Comemorações do passado 20 de outubro e a intenção levar proposta ao Executivo, no sentido de homenagear, também, o Senhor João Magalhães, proprietário do Intermarché, nas próximas Comemorações do Dia da Cidade, pelo facto de ser um empresário que além de apoiar a AHBVC, apoia ainda diversas Instituições e Coletividades do nosso Concelho; referiu ainda o apoio deste Executivo, através de uma parte do IMI, para os BVC e ações da Proteção Civil.
- A equipa de boccia da EB n.º 2 do Teixoso, pela conquista de dois distritais no Desporto Escolar:
- O Covilhanense Samuel Barata, natural da Bouça- freguesia de Cortes do Meio, por ser vencedor da prova de 10.000 metros, em Huelva-Espanha, conseguindo os tempos mínimos para estar presente no Campeonato da Europa;
- A organização do Torneio da Taça de Futsal – Carlos Ranito Xistra, designadamente a Associação de Futebol de Castelo Branco, UBI, Município da Covilhã e Grupo Desportivo da Mata;
- O Senhor Vereador Pedro Farromba pela sua eleição para o cargo de Vice-Presidente da AEBB-Associação Empresarial da Beira Baixa, com uma Delegação na Covilhã;
- O Carvalhense Futebol Clube, a Junta de Freguesia de Vila do Carvalho e Cantar Galo e todas as suas Coletividades, pela organização do 1.º Festival da Francesinha e do Artesanato;
- A nomeação do novo Conselho de Administração do CHCV.

Em termos da problemática da saúde e face à petição proposta pelo Senhor Vereador Pedro Farromba, referiu que o único objetivo “apesar das cores partidárias são os interesses da Covilhã”. Dando nota que no seguimento da reunião sobre problemática da saúde, dirigiu carta ao Senhor Ministro da Saúde a pedir marcação de reunião, e sobre a qual ainda não obtiveram resposta, pelo que iria endereçar, novamente, face à preocupação com o estado da saúde no concelho e região.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

“Obviamente que defendemos para o nosso Hospital e para a nossa Região mais cuidados de saúde e mais valências, para que os Covilhanenses não tenha de se deslocar para outros locais do país. Nessa reunião, se for marcada, um dos assuntos que iremos falar é da criação da valência de Cardiologia de Intervenção no Hospital da Covilhã, projeto esse, elaborado pelos Senhores Dr. João Marques, atualmente Administrador da ADC e Dr. António Peixeiro, que se justifica devido ao número de casos existentes no concelho e região, podendo evitar-se acontecimentos fortuitos devido à necessidade atual das deslocações já referidas e, com a implementação desta valência, estamos a tentar contribuir para salvar vidas.”

Referiu que subscreve na íntegra a proposta de petição, sugerindo a introdução de três parágrafos:

“1. Exigir do Centro Hospitalar da Cova da Beira e todo o Serviço Nacional de Saúde da Região passarão a dispor de todas as valências de um Hospital Central de topo, para que as nossas populações não necessitem de se deslocar constantemente para Coimbra ou Viseu para tratamentos de saúde;

2. Se reivindique o reforço das valências, dos recursos humanos e financeiros do CHCB e o reforço do serviço de proximidade às populações, neste caso concreto, refiro-me ao Centro de Saúde e Extensões de Saúde”

A este propósito referiu que, “neste mês, integrado nas Comemorações do 25 de abril, irá ser inaugurado as novas instalações da Extensão de Saúde de Peraboa;”

“3. Que o primeiro subscritor da petição, se assim entender, seja em primeiro lugar pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguida pelos membros do Executivo, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, o Conselho de Administração do CHCB, Autarcas do nosso concelho e Região e população em geral, para que esta petição seja mais um veículo para que o Ministério da Saúde olhe para o interior.”

Disse ainda, “não querendo fazer política, mas na verdade é que tivemos o Senhor Ministro na Guarda para dar posse à nova Administração da Unidade Local de Saúde e que, certamente, por motivos de agenda e desconhecemos o seu trajeto mas, na verdade, o trajeto ente a Guarda e a Covilhã faz-se em vinte minutos, podia ter vindo dar posse ao novo Conselho de Administração do CHCB. A presença do Senhor Ministro na Covilhã era importante para que, os agentes locais, nomeadamente a Administração do Hospital e os membros do Executivo pudessem ter uma conversa com ele. Esperemos que com esta segunda carta, o Senhor Ministro possa disponibilizar um pouco do seu tempo, mas vamos aguardar.”

“Relativamente a uma questão que nos preocupa a todos, não apenas aqueles que trabalham nas Minas da Panasqueira, quero prestar-vos informação, já amplamente divulgada, que recebemos na Câmara Municipal no passado dia 30 de março o Sindicato da Indústria Mineira, reunião que decorreu de forma muito cordial e proveitosa onde pudemos inteirar-nos das reivindicações dos trabalhadores da mina e perceber melhor as suas ambições e necessidades que passam por, naturalmente das condições salariais e das condições de higiene e segurança.

Manifestámos aos trabalhadores a nossa solidariedade e fizemos saber que estamos a acompanhar de perto toda a situação e que tudo faremos para que o funcionamento da mina se mantenha e as suas condições laborais sejam melhores.

Do Sindicato obtivemos informação de que pela primeira vez na sua história, estavam a ser recebidos na Câmara Municipal a pedido do Executivo, o que constituía para eles um motivo de regozijo.

Informo ainda, que decorreu no dia 1 de abril uma reunião com os Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do PCP, do Bloco de Esquerda e os Verdes, não foi possível agendar a reunião com o CDS, porque até ao momento não obtivemos resposta, na Assembleia da República, onde tivemos a oportunidade de informar os Senhores Deputados da nossa preocupação com a situação atual da empresa que explora as Minas da Panasqueira e dos seus trabalhadores.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Apresentámos um conjunto de propostas que visa ajudar a estabilização e consolidação da atividade mineira. Globalmente, todos os Grupos Parlamentares demonstraram preocupação com o assunto e muito bom acolhimento as propostas concretas apresentadas por este Município da Covilhã, as quais iriam analisar e considerar de encontro com a opção e prioridade da sua agenda e atuação política.

De acordo com o plano de atuação traçado para abordar este problema, a Câmara Municipal da Covilhã, após a reunião com o Conselho de Administração da empresa exploradora das Minas da Panasqueira, com os representantes dos trabalhadores e dos Grupos Parlamentares, iremos reunir no dia 23 de abril com o Senhor Ministro do Ambiente e com o Senhor Ministro da Economia, no próximo dia 13 de maio.

A Câmara Municipal da Covilhã continuará atenta, a contribuir, empenhada e atenta para que o pior cenário equacionado pelo Conselho de Administração, aquando da reunião de 19 de março, não se concretize. E pelo contrário, a exploração das Minas da Panasqueira se mantenha e se consolide com melhores condições de exploração e melhores condições laborais para os seus trabalhadores.”

Informou que, hoje, pelas 21 horas, o Município da Covilhã em parceria com a Associação dos Professores, da União de Sindicatos e outras entidades iriam comemorar o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios na ex-Nova Penteação. Durante o evento, centrado na promoção dos valores patrimoniais do concelho, numa área de mais de 1500m², terá lugar a inauguração duma grande exposição de fotografia, documentos e peças sobre o tema do Património Industrial da Ribeira da Carpinteira, sendo apresentado o catálogo da Nova Rota Turística da Covilhã, denominada “Carpinteira do Sineiro às Poldras”. O momento especial será, ligado aos 80 anos do projeto da Nova Penteação, na presença do industrial e atual proprietário do edifício, o Senhor Comendador Paulo de Oliveira, a projeção de diversas imagens, relativas ao património fabril desta zona executadas pelo fotógrafo Carlos Oliveira. No final da cerimónia haverá momentos musicais promovidos por grupos do nosso concelho, designadamente “Os Manta de Ourelos”, Grupo de Cavaquinhos da Academia Sénior, o Conservatório Regional de Música e a Tuna Académica; e

Que no passado dia 15 de abril decorreu na Covilhã, pela primeira vez, a prova Distrital do Concurso Nacional de Leitura – 9.ª Edição, organizado pela Câmara Municipal, com a colaboração da Direção Regional do Livro, dos Arquivos e Bibliotecas, Rede das Bibliotecas Escolares e a Rádio televisão Portuguesa, iniciativa que envolveu 24 Escolas do Distrito de Castelo Branco, 69 alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico, 38 alunos do Ensino Secundário, 24 Professores responsáveis, 20 Professores voluntários, 20 colaboradores da Biblioteca da Biblioteca e da Câmara Municipal da Covilhã e outros colaboradores, ficando selecionado um aluno de cada nível de ensino para integrar a prova nacional e o 1.º classificado do 3.º ciclo do ensino básico foi a aluna Alexandra Sofia Simão Costa, da Escola Secundária do Fundão e do ensino secundário a aluna Maria Lopes Fael da Escola Secundária Campos Melo.

Agradeceu o empenho e a dedicação da Divisão da Cultura e do Senhor Vereador Jorge Torrão, em especial à Dr.ª Telma Madaleno e restantes colaboradores.

O Senhor Vereador Jorge Torrão realçou e congratulou-se com a Escola Quinta das Palmeiras que, pela 2.ª vez, foi distinguida pelo seu trabalho em prol da excelência no ensino e pelo seu contributo no incremento da qualidade no ato educativo. Mereceu o reconhecimento público do Ministério da Educação e Ciência, que atribuiu mais uma vez o prémio anual de Mérito Institucional, acontecimento que todo o Executivo e a cidade da Covilhã enaltecem.

Mais adiante, disse que “fazer juízo em causa própria é sempre deselegante” mas teria de fazer referência à realização do 9.º Concurso de Instrumentos de Arcos Júlio Cardona, atividade que já não se fazia na Covilhã, que tem uma promoção e projeção de nível mundial,

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

com concorrentes de elevado prestígio internacional, vencida em violoncelo por um instrumentista russo.

Referiu ainda, que a cidade da Covilhã, com grande empenho da Juventude Musical Portuguesa, da EPABI, da UBI e, naturalmente da Câmara Municipal da Covilhã levou por diante a realização, de novo, do concurso e o colocar na esfera internacional.

Agradeceu também a colaboração da comunicação social pela forma como projetaram este evento, fazendo um reparo, porque “este evento fez muitos ciúmes extra muros, não foi dado o devido realce a um acontecimento de nível mundial, feito na Covilhã e por gente da Covilhã, com o apoio da Câmara Municipal da Covilhã, da Juventude Musical Portuguesa, da EPABI e da UBI.

O Senhor Vereador Jerónimo Leitão apresentou cumprimentos aos presentes e disse solidarizar-se com os votos de pesar apresentados pelo Senhor Presidente em Exercício, bem como orgulhar-se de todos os feitos que foram mencionados.

Desejou ao novo Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, “as maiores virtudes no desempenho das suas funções. São pessoas dedicadas, amigas e espero que seja com competência, que as suas funções venham a ser desempenhadas e a competência não nasce conosco. O erro evita-se e a competência consegue-se trabalhando muito.”

Abordou de seguida alguns assuntos, que têm sido noticiados nos jornais locais e que lhe deixam alguma preocupação:

- “ Ministro da Saúde anuncia na Guarda, criação de grupo, que unirá a ULS da Guarda e Castelo Branco e o Hospital da Covilhã. Governo pretende colaboração mais formal e maior aproveitamento de trabalho na UBI.” – “A minha primeira preocupação é que se diz que reúne ULS da Guarda e Castelo Branco e Hospital da Covilhã – já aqui não se fala em Centro Hospitalar da Cova da Beira.”

O Senhor Dr.^a Miguel Castelo Branco, Presidente da Comissão Instaladora, refere que “o Centro Hospitalar Cova da Beira encara a medida como extremamente positiva.”

Existe aqui uma contradição.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Pereira “aplaude a criação de um Grupo Hospitalar da Cova da Beira.”

- Felicitar a UBI, devido ao estudo inovador sobre o cancro da mama. Estão a tentar criar uma proteína, que ao ser injetada, lute e destrua as células malignas do cancro da mama.

- Felicitar a UBIMEDICAL desejando-lhe o maior sucesso na realização dos projetos.

- “A sede das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, na Guarda”- setor das águas sofre formação de 19 empresas, como a Águas do Zêzere e Coa, a serem agregadas em cinco entidades. A maioria dos Municípios da Beira Interior ficará na Águas de Lisboa e Vale do Tejo, sediada na Guarda.

- “Fico preocupado que, em ano eleitoral, venham decidir aprovar Decretos, sem qualquer consulta aos organismos intervenientes, como as Autarquias, os Hospitais, os Centros de Saúde, etc. Acho que em ano eleitoral, não devem ser efetuadas realizações, ou Decretos, que venham vincular decisões.”

Saudou ainda o Sporting Clube da Covilhã, que está perto da subida de divisão.

Relativamente às Comemorações e sobre o Património Industrial da Ribeira da Carpinteira disse que “é para nós um lugar de relevância histórica, foi lá que surgiram os lanifícios, é

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

também uma homenagem ao grande escritor Ferreira de Castro, que escreveu sobre os lanifícios e os seus trabalhadores.”

Quanto ao *blog* “Pelourinho”, referiu que “não sou uma pessoa de blogues, sou uma pessoa de princípios, pacífica, que defende a solidariedade e defendo uma democracia pluripartidária e acho que deveria ser feito um apelo às pessoas que estão envolvidas, nestes blogues, que se acabasse com o terrorismo, com o judaísmo verbal e escrito. O que lá se diz, diz-se de pessoas, essas pessoas, têm família e os filhos sofrem com estas questões e podem seguir um trajeto de vida menos adequado.”

O Senhor Presidente em exercício agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Jerónimo Leitão e quanto à problemática da Saúde, acrescentou: “na Assembleia da República, o PSD e o CDS, votaram contra a resolução apresentada, para que o Hospital do Fundão continue na dependência do Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Quanto à UBIMEDICAL, já referi na última reunião, que é um projeto muito importante para a região e para o país e esperemos que seja uma mais-valia.”

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa começou por felicitar a organização da Prova Distrital do Concurso Nacional de Leitura, “é uma efeméride pouco conhecida dos cidadãos, mas que a Escola Pública quer formar cidadãos leitores; porque o cidadão leitor é um cidadão livre. O que se pretende num país democrático, é que os seus cidadãos sejam, de facto, cidadãos livres e, daí, este tipo de concursos, como incentivo à leitura. É um orgulho que este concurso tenha sido realizado na Covilhã, no entanto, se nós queremos promover cidadãos covilhanenses leitores, este apoio não poderá ficar só pela organização de concursos, terá que ter algo mais sustentado no tempo.”

Referiu que “todos nós ficamos contentes quando uma escola do concelho recebe um Mérito Institucional, mas todas as Escolas do nosso concelho têm mérito, porque nós trabalhamos em condições deploráveis e conseguimos, ainda assim, que os nossos alunos tenham bons resultados, prossigam os seus estudos, que tenham a sua formação.

Quando a Câmara e o Senhor Vereador Jorge Torrão está a distinguir e saudar a Escola Secundária Quinta das Palmeiras, não deve descontextualizar de que todas as escolas do concelho tenham esse mérito, porque se deve frisar esse aspeto.

Relativamente à saúde, na Assembleia da República o PCP e os Verdes têm feito propostas no sentido de contrariar esta tendência que o Governo tem de centralizar, de juntar, de agrupar. Já fez isso noutros campos, nomeadamente na educação, com os maus resultados que se vêm, em formação de unidades que são impossíveis de gerir de uma forma pedagógica, no caso das escolas. Na saúde, são mega organizações e a sua gestão será muito difícil do ponto de vista dos utentes e da população que precisa de utilizar esses serviços. Administrativamente poderão atingir alguns ganhos, despedem mais gente, há uma outra lógica de gestão, mas em termos de serviço de saúde público fica gravemente afetado e vamos ter a repercussão disto, dentro em breve. Esperemos que não, que isto não avance, mas o Governo tem uma agenda traçada, nomeadamente no Interior, que é devastadora.

Relativamente ao Hospital do Fundão e ao seu encerramento, é verdade que se apresentou um projeto, em que o PCP e o PEV votaram a favor, mas o PS absteve-se. Acho que deverão ler melhor estas coisas que são muito importantes.”

De seguida, apresentou os seguintes temas, para se refletir:

- Pobreza infantil:

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

“Sim, falamos sobre a crise. Fazemos perguntas uns aos outros, dizemos o que é que está diferente nas nossas casas e depois, às vezes, falamos que não percebemos nada da televisão. Tiramos dúvidas uns aos outros... falamos que a crise agora é uma chatice. Eu, às vezes, pergunto coisas sobre a crise, que eu gostava de saber, não sei... Pergunto por que é que nós tivemos tantas crises e continuamos a ter e por que é que não aprendemos... como é que se pode melhorar a crise e essas coisas todas.” Esta foi a resposta de uma criança portuguesa de 12 anos quando é entrevistada para o relatório da UNICEF “As crianças e a crise em Portugal” (2014).

No início desta mais recente crise, eram os idosos os mais desfavorecidos, os mais pobres. Agora, todos os relatórios nacionais e internacionais sustentam que são as crianças e as suas famílias as mais pobres! 27,5% da população está em risco de pobreza ou de exclusão social... são 3 milhões de portugueses, 900 mil crianças que têm privação material severa, isto é, estão incapazes de satisfazerem as suas necessidades básicas relativas à alimentação, habitação, à saúde, à educação. Quando tanto e tantos falam de aumento da natalidade, convém olharmos para estes números, para a peso esmagador destes números. Quase 1 milhão de crianças em Portugal são pobres, muito pobres.

Infelizmente, no nosso concelho não se foge a esta tendência e a esta realidade. O número de desempregados em fevereiro de 2015 no concelho da Covilhã é de 3 031. Número que aumenta quando se junta o número de ocupados: 4 242 no total. Só nestes milhares, existem muitas centenas de crianças em risco de pobreza.

Neste quadro, pergunto ao senhor presidente da Câmara, se vai insistir na prática que o anterior executivo fazia e que o atual mantém de não transferir os auxílios económicos devidos e para os quais o Município recebe, do Governo, a devida dotação orçamental, às crianças do concelho?

Vai continuar a não cumprir a lei, no que aos auxílios económicos às crianças diz respeito?

O que está a fazer na preparação do novo ano letivo, relativamente a este assunto?

Recomendação da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015:

Elaboração do Plano Municipal para a Igualdade de Género, assumindo a igualdade de género como um carácter prioritário da intervenção da autarquia, tendo em vista o cumprimento de objetivos fundamentais estabelecidos na Constituição da República Portuguesa bem como noutros instrumentos jurídicos nacionais e internacionais subscritos por Portugal.

Pensa a CMC aceitar o repto da AM? Se sim, para quando a sua elaboração e aprovação?

O Senhor Vereador Pedro Farromba agradeceu a referência que foi feita pelo Senhor Presidente em exercício sobre a sua eleição para a Vice-Presidência da AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa, “que reuniu na passada semana, para a tomada de posse, estando presente o Senhor Secretário Adjunto e da Economia, sendo-lhe proposto que o Governo reconsiderasse, como oportunidades para a nossa região, os benefícios fiscais que existiram nos Governos anteriores. Esses benefícios fiscais eram um fator de discriminação positiva, para as empresas que estão aqui instaladas e para as que viessem a instalar-se no nosso concelho, e foi com pouca surpresa, que me pareceu, que haja grande acolhimento desta proposta.

Como os Movimentos Independentes não se podem candidatar às eleições legislativas, gostaria de deixar aqui uma palavra aos representantes dos partidos políticos aqui presentes, para que influenciassem junto dos vossos partidos, no sentido de serem consideradas estas propostas, no próximo programa do Governo. São propostas que foram muito úteis no passado, que foram fatores importantes para atrairmos alguns investimentos para a nossa região e acho fundamental que voltassem a existir.”

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

“Sobre o que se diz nos blogues, que leio regularmente, porque gosto de me manter informado, tomo sempre duas atitudes: ou me rio, ou me chateio.

Claro que não gostamos de ver o nosso nome refletido, em sítios anónimos, e ao fim de cinco anos de vida política, “levo com todos!” O único que tem rosto é a Rádio Cova da Beira, que tem um editor, que edita os comentários que lá vêm, onde os nossos nomes são falados, têm um responsável, o editor, a quem poderemos, eventualmente, apontar o dedo.”

“Por outro lado, queria felicitar a Câmara Municipal, o Senhor Vice-Presidente, pela atitude democrática de ter acolhido uma proposta do MAC. No passado dia 14, a seu convite, a Dr.^a Marta Alçada esteve presente, juntamente com as Conferências de São Vicente de Paulo e com elementos do Banco Alimentar, numa visita a vários espaços, para cedência e onde possam congregar e trabalhar, esperando que no final do mês de maio possamos contar com essa nova valência.”

“Sobre a questão da saúde, temos falado sobre este assunto, que nos deixa a todos preocupados, e passo a ler o documento que preparei sobre o assunto:

“ PETIÇÃO PÚBLICA

Em defesa do Centro Hospitalar Cova da Beira, de uma prestação de cuidados de saúde com qualidade, proximidade e ao serviço das populações dos concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor.

Para: Ao Governo de Portugal, ao Seu Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, e ao Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Macedo

Em defesa do Centro Hospitalar Cova da Beira, de uma prestação de cuidados de saúde com qualidade, proximidade e ao serviço das populações dos concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor.

- *Considerando o direito à saúde consagrado pelo Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa;*
- *Considerando que o Centro Hospitalar integra os Hospitais da Covilhã e do Fundão, nos pressupostos da proximidade da satisfação das necessidades dos cidadãos desta região;*
- *Considerando que o Centro Hospitalar Cova da Beira é Hospital nuclear da Faculdade de Ciências da Saúde e pilar fundamental no desenvolvimento de novas áreas de investimento, criação de novas empresas e de postos de trabalho;*
- *Considerando o contexto socioeconómico e os resultados originados pelos fenómenos migratórios e dos índices de envelhecimento das populações da região da Cova da Beira;*
- *Considerando o contexto geográfico da região e as difíceis vias de acessos das áreas mais rurais aos centros urbanos das cidades da Covilhã e Fundão;*
- *Considerando a assinatura do protocolo que prevê a entrega da Gestão do Hospital do Fundão à Santa Casa da Misericórdia do Fundão;*
- *Considerando as declarações públicas do Ministro da Saúde referentes à criação do Grupo Hospitalar da Beira Interior e à sua administração tripartida;*

Cumpra-nos, os abaixo assinados, exigir ao Governo de Portugal, nomeadamente ao Seu Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, e ao Ministro da Saúde, Dr. Paulo de Macedo, que:

1. *Seja interrompido o processo de devolução do Hospital do Fundão à Santa Casa da Misericórdia do Fundão;*

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

- 2. Seja definida de forma clara a política de saúde para a Região através de uma alargada discussão com representantes das populações locais, autarquias e principais agentes, sobre as principais linhas futuras e estratégicas para as definições das políticas de saúde locais;*
- 3. Sejam assumidas como essenciais as maternidades existentes e consolidados os serviços que ainda existem no Centro Hospitalar;*
- 4. Seja definido um modelo de atração de outras especialidades médicas que venham permitir a fixação de um maior número de quadros médicos na Região;*
- 5. Seja garantido e assegurado que a gestão da Saúde na Região seja coordenada e orientada pela lógica e modelo de trabalho e funcionamento da faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior;*
- 6. Seja garantido e assegurado que qualquer reestruturação que envolva o Centro Hospitalar da Cova da Beira irá no sentido de aumentar as valências disponíveis e dotar o Serviço Nacional de Saúde na região das valências de um hospital central de topo para que as populações da região não necessitem de se deslocar constantemente para Coimbra ou Viseu para tratamentos de saúde;*
- 7. Seja garantido e assegurado o reforço das valências disponíveis, dos Recursos Humanos, dos Recursos Financeiros e da qualidade dos serviços prestados no Centro Hospitalar da Cova da Beira;*
- 8. Seja garantido e assegurado que qualquer reestruturação que envolva o Centro Hospitalar da Cova da Beira irá no sentido de um reforço dos serviços de proximidade às populações;*
- 9. Sejam dados os passos necessários para a constituição do Centro Hospitalar Universitário da Beira Interior;”*

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que não teve conhecimento do conteúdo da Petição Pública, solicitando que lhe fosse fornecida. Que era a favor de todas as iniciativas que possam trazer e que venham ao encontro para que tenhamos mais e melhores condições a nível da saúde, da educação, das redes viárias e tudo aquilo que de facto nos afeta.

“Ainda bem que a Petição fala do Hospital do Fundão, porque as preocupações manifestadas na comunicação social e implícitas no Jornal Notícias da Covilhã, são importantes, para que se clarifique a sua situação, no contexto da discussão plena da saúde da região.

O Senhor Presidente da Câmara, como sabem, é a favor desta iniciativa que é subscrita pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Dr. Miguel Castelo Branco e outras pessoas intervenientes no processo da saúde.

Espero que a situação seja resolvida, para que a região seja dotada de todas as valências possíveis, para que os munícipes do interior se sintam, cada vez menos no interior.”

De seguida apresentou alguns assuntos que lhe chegaram e que apresentou:

“- Estacionamento junto à Casa do Menino Jesus por haver alguma dificuldade quer na circulação, quer no estacionamento de viaturas, que era necessário verificar para se resolver a situação;

- Deixo também ao Senhor Eng.º Vieira, uma solicitação que me foi entregue, com fotografias anexas, para que a Câmara repare as entradas do parque de estacionamento de viaturas dos Bombeiros Voluntários, ao nível da Rua Júlio Maria da Costa, que está altamente degradado, que tem provocado prejuízos elevados aos Bombeiros Voluntários da Covilhã;

- Pedia também se a Câmara Municipal da Covilhã, poderia dar uma colaboração, num pequeno muro de suporte, que existe, junto ao acesso do Campos das Festas, porque o muro está a ruir devido às raízes das árvores ali existentes.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

- Tenho também uma reclamação sobre um espaço existente na Av. 25 de Abril, em frente ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, que já serviu de estacionamento e que depois o proprietário vedou. Agora a vedação está destruída, existe lá um amontoado de lixo, havendo necessidade de intervenção rápida. O Urbanismo está a diligenciar no sentido da resolução deste problema.

Queria referir que a UBIMEDICAL é um problema já resolvido, um processo bastante complicado e que a Senhora Chefe de Gestão Urbanística, Eng.ª Isabel Matias, se empenhou para resolução do mesmo, através das reuniões que tivemos com os técnicos da UBI e com o Senhor Vice-Reitor, para que este processo fosse resolvido e organizado;

Sobre o Sporting Clube da Covilhã, dizer que é uma referência local, regional, nacional e internacional. Neste período em que há euforia em torno do Sporting Clube da Covilhã, queria apelar à cidade, ao concelho e à região que se unissem em torno deste projeto, porque quer se queira, quer não, se o Sporting Clube da Covilhã estiver num patamar superior do futebol português, a região e a cidade muito têm a ganhar com isto.

Solicitava ao Senhor Presidente em exercício, se os nossos serviços poderiam, na entrada principal do Estádio Santos Pinto, fazer a instalação de um quadro, com corrente trifásica, no sentido de dotarmos o Estádio das condições de eletricidade necessárias, para que a Sport TV possa transmitir os jogos;

Quero felicitar o Senhor Presidente em exercício, pelo facto de, no início desta reunião pública, ter reiterado a confiança no Vereador responsável pelo Urbanismo e pelos seus Técnicos. Ninguém se deve sentir desconfortável, quer na vida social, quer no voluntariado e, quer na vida profissional.

Queria dar a seguinte explicação, quando os processos de urbanismo foram retirados da reunião de Câmara, tendo sido agendados com a autorização do Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente da Câmara, a informação não circulou como devia ter sido, porque ao contrário do que alguns Vereadores aqui referiram, o Vereador do Urbanismo não tem, nem terá medo de decidir.

Quando é dito que o Vereador tinha poderes para decidir, não nos foi permitido explanar aqui, cada um dos processos e o que vinha à reunião de Câmara era matéria que são da exclusiva responsabilidade do Órgão; eu coloquei esta questão nas ações de formação que tivemos, sobre novo Código Procedimento Administrativo e alteração das Leis Urbanísticas, que me referiram o seguinte: “- Se o Senhor tivesse agido dessa forma, estava a usurpar os seus poderes e poderia incorrer num processo-crime.”

De acordo com a Lei 75/2013, o artigo 33.º, nas competências materiais, compete à Câmara Municipal, na sua alínea f), “aceitar doações, legados e heranças e benefícios de inventário.”

No artigo 34.º: “A Câmara Municipal pode delegar as suas competências no respetivo Presidente, com exceção das previstas no n.º 1 de citado artigo j), que não são delegadas, o que quer significar que tinha que ser a Câmara a deliberar estes assuntos e não o Vereador responsável, sob pena de estar a incorrer na usurpação de poderes.

Por outro lado, queríamos dar conhecimento de um parecer de Fernando Cabral Sacadura, que faz assessoria ao Urbanismo e nos alertou para o perigo da aprovação desse processo. Era isso que queríamos dar conhecimento a todos e que não foi possível.

Mas a esse propósito, como é que é possível apresentar-se no dia 15/02/2015 um pedido de licenciamento de um Parque de Campismo Rural, nas Penhas da Saúde, porque até aí era um Parque de Lazer e Aventura, que não era enquadrável numa candidatura à Aderes e arranjaram aquela figura, para tentarem fazer esse enquadramento.

Depois, o Clube Nacional de Montanhismo queria, por imposição da EDP, ceder um arruamento no interior do Parque de Campismo, à Câmara Municipal, com a responsabilidade

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

da Câmara Municipal vir a pagar a iluminação pública dentro do Parque, ou seja, a conservação, manutenção e iluminação seriam da responsabilidade da Câmara Municipal, dentro de uma área murada. O muro não era cedido ao Município, com a agravante da acessibilidade da emergência médica, não podia acontecer, nas condições em que o projeto estava definido, porque não tinha a largura suficiente, nem tinha uma zona de retorno de viragem e nem se poderiam cruzar dois carros. Isto revela bem o objetivo traçado para este empreendimento.

Nós temos manifestado uma grande preocupação, quanto a este investimento e tanto que é assim, que procurámos algumas alternativas, solicitando ao Presidente do Clube Nacional de Montanhismo, que reunisse com a empresa, que nos apresentou alternativas para a instalação dos cinco bungalows que lá estão no processo, de modo a que possamos licenciar o Parque, no mais curto espaço de tempo.

Quem tem manifestado preocupação na resolução daquele problema, têm sido os Órgãos Sociais do Clube Nacional de Montanhismo, mas também os responsáveis do Urbanismo.

Gostaria que isto ficasse bem esclarecido, não vá alguém pensar ou acusar a Câmara e nomeadamente o Urbanismo, que estamos contra a candidatura à Aderes, contra este ou aquele projeto, estamos é favor da legalidade.

Enquanto nós lá estivermos, ninguém, por pressão nos vai obrigar a não cumprir os normativos legais da gestão urbanística e outros.

Nós tivemos iniciativa de pedir um parecer ao Instituto de Turismo, para ver se conseguimos resolver o problema do Clube Nacional de Montanhismo e deste investimento.

Quando eu solicitar ao Senhor Presidente da Câmara ou ao Senhor Vice-Presidente de uma qualquer matéria do Urbanismo, os Senhores têm toda a liberdade para se ausentar da reunião, para participar na reunião, para ouvirem o que diz respeito a cada processo e depois decidirem se querem votar ou não, mas no pressuposto de que quando eu pedir o agendamento de um processo de urbanismo, é porque não quero usurpar os meus poderes.”

O Senhor Vereador Nelson Silva começou por apresentar cumprimentos aos presentes e subscreveu os votos de pesar e de felicitações e desejou votos de sucesso o Senhor Vereador Pedro Farromba pelo cargo de Vice-Presidente da AEBB-Associação Empresarial da Beira Baixa e felicitou o Senhor Vereador Joaquim Matias pela forma como decorreu a Gala dos Bombeiros Distritais.

Naquilo que diz respeito à Saúde e no que ficou também explícito nas palavras do Senhor Vereador Jerónimo Leitão, disse “nós hoje temos em curso uma mudança naquilo que é a ação regional ou da centralidade regional. Temos uma nova organização na saúde, onde se percebe claramente, a forma como a Administração Central está a tratar a Administração da ULS da Guarda, temos uma nova organização na questão das águas com sede também na Guarda, temos a sede da CIM também na Guarda, portanto aquilo que eu, sobretudo gostava de dizer é que nós temos de passar uma mensagem de união e de concertação de posições entre todos os atores políticos, não pode ficar qualquer dúvida que todos temos a mesma ideia e todos vamos travar o mesmo combate pela afirmação dos serviços de saúde na Beira Interior, mas de uma forma equilibrada e que respeite aquilo que é o passado de cada uma das unidades e da região que representa. Digo apenas isto, porque a imprensa local, esta semana, trouxe um conjunto de posições que me parecem que deixam dúvidas, por isso apelo para que haja essa união e concertação de posições.”

Mais adiante, voltou a insistir, no seguimento dos requerimentos apresentados, que lhe seja facultada informação relativamente às contas das empresas municipais.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Interveio, novamente, o Senhor Vereador Jerónimo Leitão, dirigindo-se à Senhora Vereadora Mónica Ramôa, disse que, “sem qualquer polémica, tivemos aqui alguma diferença substancial na tomada de posições. Considero que na saúde é fundamental a qualidade mais do que outra coisa. A qualidade tem a ver com a formação dos profissionais que lá trabalham, tem a ver com as estruturas e tem a ver com a acessibilidade, e é aqui que defendo a possível reunião concertada com todos, entre os serviços existentes na zona e que tem os mesmos interesses.

Embora não goste de partidarizar as coisas, mas face a referir e chamar a atenção dos deputados do Partido Socialista para as intervenções que fazem na AR, ora, sabemos, e a história assim nos diz, indo mais pela sua direita e as direções têm dois sentidos, que a Leste, toda a saúde era centralizada até há algum tempo e de há 40 anos para trás eu nem seria a Oeste nem a Leste da Europa.

O que me preocupa é que aquilo que se está a fazer e se não tomarmos posições concertadas, e sei que também não defende, que são os aumentos das taxas moderadoras e a entrega das unidades hospitalares à banca, seguradoras e outras entidades que já foram de solidariedade mas, que hoje questiono, aí é que os portugueses vão ver o que é a acessibilidade que deixarão de ter, de que muito me orgulho e de que muito nos orgulhamos todos que é o nosso Serviço Nacional de Saúde, que deu cartas no mundo inteiro e trouxe para Portugal níveis de saúde que países desenvolvidos não tem.”

Relativamente à Petição em Defesa do CHCB, referiu que não tinha qualquer reparo a fazer, sugerindo, por considerar mais abrangente, que a mesma não fosse em nome de um Movimento, mas em nome da Câmara Municipal da Covilhã.

Também o Senhor Vereador Joaquim Matias, relativamente à Petição em defesa do CHCB, disse concordar com o orador que o precedeu, sugerindo que o primeiro subscritor deveria ser o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguido do Senhor Presidente da Câmara, por considerar que seria mais abrangente, ficando a ideia de que a proposta saiu do Senhor Vereador Pedro Farromba.

Interveio o Senhor Vereador Pedro Farromba, para esclarecer que “não é a questão de pai da ideia”, uma vez que as petições públicas quando passam a *online*, quem carrega no *enter* é o nome da pessoa que lá vai, caso fosse feita em papel, com toda a certeza se teria mais dificuldade em chegar a muito mais gente, no entanto, não via qualquer inconveniente e iria submeter-lha para ser o primeiro subscritor.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa referiu que, independente “de quem é ou não o pai da criança, o importante era fazer coisas que dignifiquem e melhorem a vida das pessoas do nosso concelho”.

Em relação à Petição disse concordar em absoluto com a mesma mas, “está ferida de um problema e aqui vamos à questão de fundo, que é a questão da gestão; como é que podemos exigir que as valências se mantenham no Hospital da Covilhã e Fundão, exigir mais se depois temos uma lógica de gestão com estas 3 unidades. É impossível, por questões de recursos.”

No seu entender não era compatível este tipo de gestão, sugerindo que fosse retirada da petição.

O Senhor Vereador Pedro Farromba esclareceu que não tinha a ver com a gestão mas sim com a Faculdade de Medicina: “seja garantido e assegurado que a Administração do Grupo

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Hospitalar da Beira Interior (que foi agora assegurado que existe, embora não esteja formalizado) seja coordenada e orientada, pela lógica e modelo de trabalho e funcionamento da Faculdade de Ciências da Saúde”, ou seja, a forma como vai ser organizada a nova Administração, seja orientada por aquilo que são os interesses da própria Faculdade, vir ao encontro daquilo que é a gestão do CHCB e daquilo que são princípios básicos do Hospital/Universitário como chamado no passado”.

No entanto, a fim de ultrapassar a questão, propôs a sua alteração: “seja garantido e assegurado que a gestão da saúde na região seja coordenada”, o que foi aceite.

O Senhor Presidente em Exercício informou da deslocação a determinados edifícios da cidade, com técnicos do Município e representantes do Banco Alimentar e Conferências Vicentinas, com vista à cedência de instalações, tendo optado pelo último piso do silo-auto da Estação, situação que estariam a formalizar.

Abordou, novamente, a possibilidade de adquirir imóvel junto à Palmatória, por valor simbólico, à Segurança Social, com pedido já formalizado junto do Senhor Ministro Pedro Soares, tendo em vista adaptá-lo para questões sociais através de candidatura ao Programa 20/20 – Regeneração.

Felicitou a União de Freguesias de Covilhã-Canhoso, pela criação da Sala Museu das ex-freguesias da cidade da Covilhã, que irá ser inaugurada no próximo dia 20 de outubro.

Cumprimentou a nova Chefe de Divisão da Fiscalização, Arq. Cátia Correia, desejando-lhe um profícuo trabalho em prol do concelho.

Respondendo às questões levantadas e dirigindo-se à Senhora Vereadora Mónica Ramôa disse que “quem está de parabéns não é o Executivo, mas todo o Concelho da Covilhã, relativamente ao Concurso de Leitura Distrital. Falou de matéria da educação e ação social, nomeadamente da pobreza infantil, das escolas, mas não falou, certamente por esquecimento, mas na verdade estamos a trabalhar na área escolar, como sabe, foi este Município que no ano transato o Programa – Conhecer o Concelho, dando a oportunidade de todos os alunos conhecer as freguesias do concelho, as suas culturas e tradições, bem como, e fica desde já convidada para a inauguração do refeitório da EB1 do Rodrigo, fizemos uma grande intervenção e também a substituição da cobertura do salão multiusos, que era de fibrocimento. É evidente que temos muito que fazer ainda, sabemos que os recursos financeiros não são aqueles de que nós gostaríamos, mas até final do mandato queremos intervir nalgumas escolas mas, através dos serviços municipais tem havido diversas intervenções pontuais no parque escolar.”

Afirmou ser uma prioridade do Município, a ação social e a educação, “toda a equipa do Departamento de Ação Social, Educação e Desporto estão a trabalhar com esforço, no sentido de melhorar o apoio nestas áreas.”

Dirigindo-se ao Senhor Vereador Pedro Farromba, disse saber que “é um Covilhanense e quer o bem da sua terra, da região e do país” e esperava que os partidos políticos, independentemente de quem venha a ganhar as eleições “olhem para o interior de uma forma como este Governo não tem olhado”.

A propósito da blogosfera, disse não ligar muito e de ter “algum desprezo por quem escreve”.

Quanto à Petição Pública afirmou que desde a primeira hora esteve a favor da mesma e que tinha de “ser forte, abrangente e institucional”, sugerindo que o primeiro subscritor fosse o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, seguido do Senhor Presidente da Câmara, e não via qualquer inconveniente, que a seguir fosse o Senhor Vereador Pedro Farromba e assim sucessivamente.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Dirigindo-se ao Senhor Vereador Joaquim Matias, face à apresentação das situações, relativas ao estacionamento e outras, sugeriu-lhe, uma vez que faz parte do executivo a tempo inteiro, poder apresenta-las diretamente ao Senhor Diretor de Departamento, por forma a agilizar os processos.

Sobre o Sporting Clube da Covilhã afirmou que “somos todos da Covilhã, mesmo os que cá não nasceram e os atletas e os seus dirigentes, estão com uma pressão enorme, necessitando de todo o nosso apoio, pelo que irei a partir de agora a todos os jogos, desde que não tenha nenhum compromisso oficial que me impeça de ir, manifestando o apoio do Município, não só com a nossa presença, como se vai colocar lá uma lona dizendo “A Câmara Municipal apoia o Sporting Clube da Covilhã e o desporto.”

A esse propósito, enviei uma carta ao Senhor Presidente da Câmara de Ponta Delgada, dizendo que é nossa intenção estarmos presentes no último jogo e que por isso gostaria que fossemos recebidos, nos Paços do Concelho de Ponta Delgada e também já contactei alguns covilhanenses residentes nos Açores, para que possamos ter um momento de convívio.”

O Senhor Vereador Jorge Torrão informou ainda a Senhora Vereadora Mónica Ramôa, “que esteve reunido na DREC, com a Senhora Diretora Regional e com os Diretores dos Agrupamentos das Escolas do concelho, e também eles estão a agilizar a organização do próximo Ano Letivo e seguiremos as suas orientações.

Relativamente às questões dos apoios, de acordo com o que a Lei confere e do que foi deliberado por esta Câmara, no próximo ano letivo iremos ao encontro das necessidades, dando um apoio mais efetivo às crianças em idade escolar e às suas famílias, em função das disponibilidades financeiras, iremos encontrar um equilíbrio que corresponda às suas indiscutíveis e acertadas preocupações.”

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa, a propósito da inauguração do refeitório da EB1 do Rodrigo, referiu que embora concorde com os melhoramentos mas, “não é um refeitório dos dias de hoje”. Que já tinha assistido a diversas remodelações da escola, mas que são feitas de “remendos”, deviam “pensar, estudar e projetar as soluções adequadas para resolver uma situação que é insustentável” uma vez que o refeitório não vinha resolver o problema de todo, devido aos alunos terem de continuar a almoçar por dois turnos.

O Senhor Presidente em Exercício respondeu, relativamente às empresas municipais, disse “ser importante reunirmos com as empresas municipais; estivemos à espera que encerrassem as Contas de Gerência e eu próprio vou falar com o Presidente dessas Empresas, para que numa próxima reunião possamos prestar tais informações.

Relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Mónica Ramôa sobre o refeitório da Escola do Rodrigo disse: “estou triste com a sua intervenção, gosto tanto das crianças como a Senhora Vereadora e sei as dificuldades que passei, durante 20 anos, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Conceição, para dar qualidade às escolas da minha Freguesia e para mim, esta obra, é a concretização de um sonho. Quando a obra foi finalizada, fui contactado pelos Professores e pelo Presidente da Associação de Pais, para saberem se poderiam utilizar as instalações antes da inauguração e eu disse que sim, porque o que está em causa não são as inaugurações, mas sim o funcionamento das novas estruturas. É a obra possível, porque não há espaço suficiente.

Concordo consigo quanto aos números da ADS e da ADC e sei o tipo de negócio que foi feito; eu defendo que os assuntos devem ser tratados com diálogo, até um limite, litigância não!

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Quando chegar o Senhor Presidente, marcarei uma reunião, o mais breve possível, para reunirmos com os Senhores Administradores das empresas municipais.”

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

III - PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem Atas para aprovação.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.973.145,31 € (um milhão, novecentos e setenta e três mil, cento e quarenta e cinco euros e trinta e um centavos).

. Documentos: 2.591,20 € (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte centavos).

. Dotações Orçamentais: 1.103.306,61 € (um milhão, cento e três mil, trezentos e seis euros e sessenta e um centavos).

. Dotações não Orçamentais: 869.838,70 € (oitocentos e sessenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito euros e setenta centavos).

4. DESPACHOS

Não existem assuntos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5. DEPARTAMENTOS

5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Relação das entidades societárias e não societárias

Presente relação das atividades societárias e não societárias em que a Câmara Municipal tem participação, propondo a sua aprovação e anexação à Prestação de Contas do Exercício do Ano de 2014, aprovado na reunião extraordinária de 10/04/2015, documento apenso à ata.

O Senhor Vereador Nelson Silva questionou, “relativamente à participação dos 30% das Águas da Serra, peço que esclareçam esta matéria, porque tem vindo a ser vinculado pelo Senhor Presidente da Câmara, insinuando de uma forma muito clara, que a Câmara Municipal não terá esta participação e gostava de perceber o que se passa realmente.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou sobre o mesmo assunto, o Senhor Presidente em exercício, “pois os 30% equivalem, neste caso, a uma participação do resultado líquido, na ordem dos 314 mil euros, por parte da Câmara, o que é significativo.

Por outro lado, continuam com falta de informação sobre a ICOVI, que tem uma comparticipação do Município de 65 milhões de euros, 100% do capital e a informação não está disponível, segundo consta no documento.

No total das participações do Município, em todas as entidades participantes há um saldo positivo de 656 mil euros, o que é bom.

De referir que tivemos informações das contas da Parkurbis, não tivemos sobre as contas da ICOVI, da Município, da ADS, da WRC e da ADC e, por isso, reiterava o que tenho pedido, precisamos de informação sobre as empresas municipais; realço o resultado positivo destas participações e devido à falta de informação, o meu voto será a abstenção.”

Interveio de seguida a Senhora Vereadora Mónica Ramôa, “dizendo sobre as entidades societárias, que de facto, é importante esclarecer esta questão dos 30%, se há ou não; salientar que a ICOVI aparece com as contas “não disponíveis” e não temos conhecimento das empresas que já foram citadas, que é motivo de preocupação.

Sobre as entidades societárias, queria salientar o seguinte;

- Parkurbis – resultado líquido do exercício em 2014: € -242.035,56;
- ADS (Águas da Serra) – resultado líquido do exercício em 2014: € 1.048.554,38

Como a CMC tem 30%, obteve de resultado líquido: € 314.566,31

E a empresa levou 70%, a que correspondem: € 734.058,01

(esperemos que tenham pago a respetiva Derrama!)

- ADC (Águas da Covilhã) – resultado líquido do exercício em 2014: € 1.042.938,31

Como a CMC tem 51%, obteve: € 531.898,54, e o privado com os seus 49% obteve: € 511.039,77.

Ao todo, só em relação à Água, a CMC encaixou em 2014: € 846.464,85

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Está na altura de a CMC baixar a fatura da água!

Com resultados líquidos de exercício desta ordem, não faz sentido a fatura da água da Covilhã!

Mas se a água fosse pública, como a CDU defende e sempre lutou por isso, neste momento a CMC poderia ter observado um resultado líquido de € 2.091.492,69 ou seja, perdeu...€ 1.245.027,84.”

O Senhor Presidente em Exercício referiu que era extremamente importante reunir com as empresas municipais; esperaram que encerrassem as contas de gerência e que iria tomar a “decisão de falar com todos os Administradores das Empresas Municipais, para se reunir no mais curto espaço de tempo.”

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba, Nelson Silva e Mónica Ramôa, deliberou aprovar a relação das atividades societárias e não societárias em que a Câmara Municipal tem participação, e anexar à Prestação de Contas do Exercício do Ano de 2014, aprovada na reunião extraordinária de 10/04/2015.

Foi feita declaração de voto pelo Senhor Vereador Nelson Silva:

“O sentido de voto da minha abstenção é feito e é suportado no facto de não possuímos qualquer tipo de informação financeira, em relação às empresas em que a Câmara Municipal da Covilhã participa no Capital, além de que, existem um conjunto de dúvidas, relativamente àquilo que é a participação na empresa Águas da Serra, mas também, em relação àquilo que é o valor do próprio capital da ICOVI. Também tenho dúvidas em relação àquilo que é a construção dos resultados, nomeadamente da ADC e das Águas da Serra; sem dados concretos, não é possível apercebermo-nos, aferirmos da forma como foi construído este Resultado Líquido do Exercício.”

b) Declarações ao abrigo da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso

Presente declaração do Senhor Presidente da Câmara, datada de 08/04/2015, para os efeitos previstos na alínea a), do n.º 1, do art.º 15, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e n.º 22/2015, de 17 de março, propondo a aprovação dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2014 que se encontram registados na base de dados central de encargos plurianuais, documento apenso à Ata.

A Câmara deliberou aprovar a Declaração subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2014 se encontram registados na base de dados central de encargos plurianuais, e anexar à Prestação de Contas do Exercício do Ano de 2014, aprovada na reunião extraordinária de 10/04/2015.

Presente declaração do Senhor Presidente da Câmara, datada de 08/04/2015, para os efeitos previstos na alínea b), do n.º 1, do art.º 15º, da Lei n.º 8/2012, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e n.º 22/2015, de 17 de março, propondo a aprovação todos os recebimentos e pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2014, documento apenso à Ata.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

A Câmara deliberou aprovar a Declaração subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, na qual declara que todos os rendimentos e pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2014, e anexar à Prestação de Contas do Exercício do Ano de 2014, aprovada na reunião extraordinária de 10/04/2015.

c) 2.ª Revisão Orçamental

Presente 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2015, documento apenso à ata.

Intervenção de Mónica Ramôa:

“A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto veio estabelecer o regime jurídico de recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Este articulado legal, prevê também os mecanismos jurídicos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam a um município atingir e respeitar o limite da dívida total previsto no artigo 52º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais).

O FAM tem como objetivo a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira nos termos previstos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica que como está explícito no artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, que são, em nosso entender inaceitáveis numa lógica de poder autárquico democrático.

A situação financeira das autarquias é grave, sendo esta realidade da responsabilidade dos executivos das próprias autarquias, mas também e em não menor escala, as medidas dos sucessivos Governos PS, e PSD/CDS, que retiraram milhões de euros ao Poder Local, limitando a sua capacidade financeira e autonomia.

A adesão das autarquias, em dificuldades maiores, ao FAM não representa a solução do problema e, pelo contrário, pode agravar as dificuldades financeiras dos municípios, sem ignorar o gravíssimo ataque e ingerência que o FAM comporta para o Poder Local democrático, dado que implica a transferência das dívidas para as autarquias que não estão em dificuldades (como se assume que é o caso da Covilhã), implicando também restrição grave à capacidade das autarquias (em dificuldades) para dar resposta às suas responsabilidades públicas.

Relembra-se que o acordo relativo ao FAM entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios (ANMP) foi celebrado à revelia das conclusões do Congresso da Associação.

À primeira vista, poderá pensar-se que a constituição do FAM se trata até de uma medida solidária entre municípios... os mais “desafogados” ajudam os mais “encrecados”.... Mas se observarmos melhor, verificámos que isso é uma falácia. No caso do nosso Município, neste momento (pois existirão outros), são € 206.996,00 que vão contribuir para que outros portugueses, noutros municípios, tenham uma carga fiscal mais alta e sejam obrigados a pagar taxas máximas de IMI, água, resíduos, etc. A isto não se pode chamar solidariedade entre municípios!

A verdadeira solidariedade e resolução do problema faz-se a montante, isto é, revogando-se a Lei de Finanças Locais, repondo a autonomia administrativa e financeira autárquica, (designadamente a revogação da Lei dos Compromissos e das normas arbitrarias em matéria de pessoal), do aperfeiçoamento de instrumentos financeiros já existentes, do corte radical

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

com despesa sumptuária e inútil e da renegociação de contratos e protocolos existentes que lesem as autarquias e as populações.”

A Câmara, com o voto contra da Senhora Vereadora Mónica Ramôa, deliberou aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2015.

Mais deliberou submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para aprovação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

d) Atualização dos contratos de arrendamento das habitações da extinta SRU

Presente informação n.º 333, do Serviço de Património Municipal, datada de 15/12/2014, que dá conta da necessidade de serem revistas as prestações mensais dos contratos em vigor, com a aprovação das respetivas minutas de contrato e celebração de novos contratos de arrendamento com as inquilinas da extinta empresa municipal SRU-Nova Covilhã, Senhora D. Regina Maria Abrantes Trindade, respeitante à habitação sita na Rua do Meio, n.º 5, 2.º, T1, fração C, Covilhã e da Senhora D. Ana Isabel da Silva Albuquerque, respeitante à habitação sita na Rua Azedo Gneco, n.º 25, 2.º andar, na Covilhã, com data de produção de efeitos financeiros a partir de 01/05/2015, estabelecendo-se o valor mensal de 75,00€ e 106,00€, respetivamente, documento apenso a ata.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Pedro Farromba e nos termos da informação dos serviços, deliberou rever as prestações mensais dos contratos em vigor, com a aprovação das respetivas minutas de contrato e a celebração de novos contratos de arrendamento, por força da extinção da empresa municipal SRU-Nova Covilhã, anterior proprietária das frações em apreço, com as seguintes inquilinas:

- 1) Senhora D. Regina Maria Abrantes Trindade, respeitante à habitação sita na Rua do Meio, n.º 5, 2.º, fração C, T1, na Covilhã, com data de produção de efeitos financeiros a partir de 01/05/2015, estabelecendo-se o valor mensal de 75,00€.**
- 2) Senhora D. Ana Isabel da Silva Albuquerque, respeitante à habitação sita na Rua Azedo Gneco, n.º 25, 2.º andar, na Covilhã, com data de produção de efeitos financeiros a partir de 01/05/2015, estabelecendo-se o valor mensal de 106,00€.**

Deliberou ainda, aprovar a devolução das cauções prestadas aquando da celebração dos contratos iniciais, no valor de 150,00€, 266,67€, respetivamente das inquilinas Senhoras D. Regina Maria Abrantes Trindade e D. Ana Isabel da Silva Albuquerque.

e) Condições gerais e anúncio de hasta pública dos prédios da Rua Comendador Marcelino

Presente informação n.º 81, do Serviço de Património Municipal, datada de 13/04/2015, propondo a aprovação das condições gerais, e da hasta pública para alienação de 5 (cinco) prédios situados na Rua Comendador Marcelino e, designar a Comissão Responsável pela negociação: Presidente – Dr.ª Graça Robbins; Vogal – Dr. Júlio Costa e Vogal – Dr. Ricardo Serra.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

A Câmara deliberou aprovar as condições gerais e o anúncio da hasta pública dos prédios na Rua Comendador Marcelino.

Mais deliberou, designar a Comissão Responsável pela negociação, constituída por:

Presidente – Dr.ª Graça Robbins

Vogal – Dr. Júlio Costa

Vogal – Dr. Ricardo Serra

f) Abertura de Procedimento de Hasta Pública para a Concessão de Jazigo do Cemitério da Covilhã

Presente informação n.º 83, do Serviço de Património Municipal, datada de 13/04/2015, propondo a realização da hasta pública da concessão do jazigo A-7, pelo valor base de licitação de 100.000,00€, das condições gerais da concessão do uso privativo do jazigo por parte de particulares, nos termos do Regulamento do Cemitério Municipal e a designação da Comissão Responsável pela negociação: Dra. Graça Robbins (Presidente); Dr. Júlio Costa (Vogal) e Dr. Ricardo Serra (Vogal).

A Câmara deliberou aprovar a realização de hasta pública do jazigo A-7, pelo valor base de licitação de 100.000,00€, das condições gerais da concessão do uso privativo do jazigo por parte de particulares, nos termos do Regulamento do Cemitério Municipal.

Mais deliberou, designar a Comissão Responsável pela negociação constituída por:

Presidente – Dr.ª Graça Robbins

Vogal – Dr. Júlio Costa

Vogal – Dr. Ricardo Serra

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receção Provisória

- Empreitada de demolição parcial do Edifício na Rua do Espírito Santo, nº 18, Vila do Carvalho

Presente o auto de receção provisória da empreitada de demolição parcial do edifício na Rua do Espírito Santo, n.º 18 – Vila do Carvalho, onde se conclui poder ser recebida parcialmente.

A Câmara, com a abstenção da Senhora Vereadora Mónica Ramôa, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória parcial da empreitada de demolição parcial do edifício na Rua do Espírito Santo, n.º 18 – Vila do Carvalho.

- Empreitada de remodelação do Edifício da Ex-Central Elétrica

Presente o auto de receção provisória da empreitada de remodelação do edifício da Ex-Central Elétrica, onde se conclui poder ser recebida parcialmente.

A Câmara, com a abstenção da Senhora Vereadora Mónica Ramôa, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção provisória parcial da empreitada de remodelação do edifício da Ex-Central Elétrica.

b) Liberação de Caução

- LIFTECH – Manutenção de Elevadores e Funicular

O Senhor Diretor do Departamento Municipal de Obras e Planeamento informou que a empreitada em apreço encontra-se concluída, e que nos termos da proposta dos serviços não se vislumbrando a necessidade de manter a caução prestada no âmbito da celebração do contrato de empreitada, para acautelar eventuais defeitos enquadráveis na garantia inerente ao contrato, propondo a liberação da caução total da obra.

A Câmara, nos termos da informação do Senhor Diretor do Departamento Municipal de Obras e Planeamento, deliberou autorizar a liberação total da caução prestada no contrato de manutenção de elevadores e funicular com a empresa LIFTECH.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

c) Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Reconstrução de Um Muro de Suporte na Avenida Padre Alfredo S. Marques - Unhais da Serra

Presente relatório EDOC/2015/8578, de 07/04/2015, da Divisão de Obras, propondo aprovar a proposta do empreiteiro através da qual este desenvolve e especifica a versão elaborada em fase de projeto do Plano de Segurança e Saúde (PSS), elaborado pelo DOP, de modo a complementar as medidas nele previstas, faculdade que lhe é conferida pelo disposto no nº 1 do artigo 11º do DL nº 273/2003, de 29/10.

A Câmara, nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de reconstrução de um muro de suporte na Avenida Padre Alfredo S. Marques – Unhais da Serra.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem assuntos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5.4. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem assuntos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5.5 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Não existem assuntos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

5.6 DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Programa do 25 de abril

Presente para aprovação o Programa Comemorativo do 41º Aniversário do 25 de Abril, documento apenso à ata.

O Senhor Presidente em Exercício acrescentou que neste programa será incluído a apresentação da segunda viatura limpa-neves dos Bombeiros Voluntários da Covilhã.

O Senhor Vereador Pedro Farromba informou que irá estar ausente, por motivos profissionais e que será substituído pelo Senhor Dr. Nuno Reis.

A Senhora Vereadora Mónica Ramôa interveio para referir o seguinte:

“Proposta de incluir na Programação o programa previsto nas Freguesias – promovendo a coesão territorial - (se consta a arruada no Tortosendo, também deve constar outras iniciativas em outras freguesias, nomeadamente Boidobra, entre outras). Há muitas iniciativas propostas anteriormente que não foram incluídas neste pré-programa. E isso, não é condizente com o espírito que deve presidir às comemorações do 25 de Abril.

O Programa deveria ter um maior envolvimento das escolas, da UBI e das Associações Cívicas, Culturais e Recreativas do Concelho. E deveria, francamente, espelhar também essa vontade. Votaremos favoravelmente, mas fica desde já a recomendação de que no próximo ano, a construção do programa das comemorações dos 42 anos do 25 de Abril terá de ser feito logo no início do ano letivo, para que as crianças e jovens do concelho possam participar ativamente nesta efeméride, bem como todas as associações e coletividades que manifestem interesse nisso.”

O Senhor Presidente em exercício afirmou que “para as várias reuniões foram convidadas todas as Juntas de Freguesia, as Coletividades, Escolas e Instituições que, obviamente, nem todos participaram; não queremos interferir nas comemorações das Freguesias, que são autónomas, mas falámos com as Freguesias para participarem nas atividades do Município. O programa poderia ser mais extenso, mais atividades, mas o programa significa “Comemorar Abril”, porque no passado recente, não se comemorava Abril, na rua! Agendavam-se iniciativas, à mesma hora, quando a União dos Sindicatos, a Freguesia da Conceição, a Freguesia da Boidobra e outras, comemorávamos Abril na rua.

Estão todos convidados, será um programa do povo e para o povo!”

A Câmara deliberou aprovar o Programa Comemorativo do 41º Aniversário do 25 de Abril.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- *Armando Almeida* vem questionar sobre o requerimento que entregou no dia 9 de março aos Senhores Presidente da Câmara e restantes Vereadores, relativo ao aproveitamento das águas que correm na sua propriedade e que, até hoje, não obteve qualquer resposta, razão pela qual lavrou os terrenos para o cultivo de pasto utilizando essa água; referiu que o Senhor Vereador Joaquim Matias já foi ao local e teve uma reunião com o Senhor Administrador da ADC sobre o assunto; essa água poderá ser aproveitada para o abastecimento dos jardins municipais, Data Center, Complexo Desportivo e Piscina Municipal.

O Senhor Presidente em Exercício agendou uma reunião com o Senhor, para a próxima segunda-feira, pelas 10:30 da manhã.

- *Nuno Fonseca* falou sobre a degradação do caminho público na Freguesia de Orjais, na Travessa das Quintas da Mourata, referindo que habita nesta Freguesia há 15 anos, e que, presentemente, não tem gás para aquecimento da sua casa, uma vez que se recusam deslocar-se em tal caminho, inclusive, em casos de emergências, onde a ambulância teve que ficar a 50m de casa, para socorrer as pessoas; solicitou a resolução urgente deste problema.

O Senhor Presidente em Exercício informou que na última reunião de Câmara, foi deliberado a assinatura de um protocolo com a Junta de Freguesia de Orjais e que irá à próxima sessão da Assembleia Municipal para aprovação, relativo ao arranjo dos caminhos rurais da Freguesia.

Informou ainda, que o Senhor Diretor do Departamento de Obras se irá ao local e solicitou o seu contacto.

- *Luís Miguel S. Pimenta* disse que faz parte de uma sociedade que irá reabrir um bar na Covilhã – “Santa Hora”, no próximo dia 02 de maio, e que todas as estradas circundantes ao referido Bar (Estrada do Sineiro) estão vedadas a estacionamento. Pelo facto solicitou a resolução do problema, uma vez que, assim, “é matar há nascença o projeto” face à falta de estacionamento para os clientes. Esclareceu ainda, que muitos moradores não têm estacionamento, uma vez que foram proibidos, em locais que não prejudicavam a normal circulação.

O Senhor Presidente em Exercício agradeceu a intervenção do Senhor Luís Pimenta e disse ficar contente por se abrir mais um estabelecimento na cidade da Covilhã.

Solicitou ao Senhor Diretor do Departamento de Obras, para se dirigir ao local, para ver se é possível resolver a questão colocada e solicitou ao Senhor Luís que deixasse o seu contato.

Acrescentou que irão apoiar a iniciativa, de acordo com a Lei, para poderem fazer o negócio e para que a situação dos moradores seja resolvida.

Deu de seguida, deu o uso da palavra ao Senhor Vereador Joaquim Matias, responsável do Departamento de Urbanismo, referindo que recebeu no Departamento de Urbanismo, um abaixo-assinado com 121 assinaturas e possui com ele umas plantas com a sinalização da Rua do Sineiro e da Travessa do Sineirinho, onde está o bar que irão abrir, onde toda a zona ficou impossibilitada de estacionamento.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

Preocupava-o a questão do estacionamento para os moradores e pelo facto de existir um grande investimento no bar, que vem ajudar a cidade, nomeadamente os estudantes e todos os covilhanenses, enquanto frequentadores.

Entregou as referidas plantas ao Senhor Diretor de Departamento de Obras, a fim de resolução da situação.

- *Nuno Miguel B. Gomes* disse que é o sócio do Senhor Luís Pimenta e tal como ele referiu, é uma situação muito preocupante para ele, pois o investimento feito é muito grande e esta situação está a tornar-se desmotivante para eles, agradecendo uma especial atenção sobre este assunto que é muito importante para a cidade.

O Senhor Presidente em Exercício referiu que irá analisar o assunto com muita atenção.

- *Acácio Nunes* veio reclamar dos bares junto da sua casa, na Rua Alexandre Herculano-Covilhã, um deles com esplanada até de madrugada e não consegue descansar, e o outro “Tertúlias Bar”, tinha licença até às 02:00 da manhã e agora tem até às 06:00, situação bastante incomoda, face ao seu estado de saúde, bem como aos restantes moradores. Já fez várias reclamações junto da PSP e da Câmara e, até hoje, ainda ninguém resolveu a situação.

O Senhor Presidente em exercício esclareceu que, recentemente saiu uma nova legislação, relativamente à abertura dos estabelecimentos permitindo aos proprietários a isenção de horário.

Referiu ainda que regista esta preocupação e que brevemente o Executivo se irá debruçar sobre o assunto.

- *Maria Celeste M. Sá P. Capelo* disse que em 26 de março enviou uma carta (3.ª via), para a Câmara Municipal da Covilhã tal como enviou por e-mail cópias das referidas cartas, aos Senhores Vereadores.

O assunto a apresentar tinha a ver com uma expropriação de uma propriedade que tem no concelho, na Freguesia de Peraboa, para beneficiação da EM 506-1 entre a Ponte Pedrinha e o cruzamento da estrada nacional 345, parcela 3.

De acordo com o Acordo assinado e a Declaração de 01/07/2009, consta nos n.ºs 1 e 2 o seguinte:

“Ponto 1 – Salvaguarda de acesso, quer à parcela expropriada, quer à parte restante da propriedade.

Ponto 2 – Colocação de uma vedação de proteção ao longo do perímetro da parcela expropriada e de uma passagem pedonal.”

Afirmou que, até hoje, estas condições não estão cumpridas por parte da Câmara Municipal e são já passados 5 anos.

Pensa ser tempo suficiente para que o assunto seja resolvido, solicitando uma solução para breve, até porque tem nessa propriedade um pomar de pessegueiros, que necessita de ser regado e pelo facto de não existir essa passagem pedonal, têm que percorrer cerca de um quilómetro para chegar à propriedade.

Solicita a breve resolução do assunto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

O Senhor Presidente em exercício agendou uma reunião com a Senhora, para a próxima terça-feira, às 11:30 H, a fim de analisarem todo este assunto.

- *Armando Almeida* disse que esteve na última reunião veio falar sobre o estacionamento da Rua do Sineiro; está de acordo com o investimento feito no antigo Bar “Santa Hora”, está de acordo com o facto de a Câmara ter de se preocupar com o estacionamento para os munícipes residentes, mas estava também preocupado com a circulação das viaturas, que continua mal, apesar das faixas amarelas que lá colocaram.

O Senhor Presidente em exercício afirmou ser a favor de qualquer tipo de investimento feito na cidade da Covilhã e referiu que o Departamento de Obras fará o estudo necessário para que exista uma solução que vá de encontro com o desejo e satisfação dos empresários e dos moradores.

ATA DA REUNIÃO DE 17/04/2015

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:30 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em Exercício declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____